



Galvães: "Para mim, não muda nada".

Se depender do ministro Ernane Galvães, não haverá nenhuma modificação na política seguida até agora de renegociação da dívida externa, apesar da nota subscrita pelo general João Figueiredo, junto com os presidentes da Argentina, Colômbia e México. Isto foi o que deixaram claro o ministro da Fazenda e seu assessor de assuntos internacionais, Tarcísio Marciano da Rocha.

Ao ser abordado ontem em Brasília, à saída do ministério, o ministro da Fazenda bateu a porta do carro visivelmente irritado com as perguntas sobre o assunto. "Para mim, não muda nada", disse ele.

Já Marciano da Rocha, que é diplomata, comentou que a nota conjunta tem o sentido de colocar em nível mais alto — de chefes de Estado — uma ação que já vem sendo exercida pelos ministros da economia dos países endividados no sentido de tentar reduzir as elevadas taxas de juros internacionais. Marciano observou que, por isso, a nota significa uma pressão adicional sobre os bancos credores. "Quanto mais pressão, mais suave nossa tarefa de negociar".

Comentou que o ministro Ernane Galvães, tem reclamado contra a elevação das taxas de juros, atribuindo a culpa ao elevado déficit fiscal norte-americano. Lembrou que, em 1981, houve recursos dos países desenvolvidos e gerencia do Fundo Monetário Internacional (FMI), para socorrer os países em desenvolvimento. Para o assessor internacional da Fazenda, essa proposta continua "meritória".

Moratória

Para um técnico do governo que acompanha os encontros promovidos pelos países latino-americanos para discutir os rumos do endividamento da região, a nota divulgada sábado significa que começa a se consolidar a idéia da necessidade de uma moratória

conjunta. O técnico prevê que outros países, como Peru, Equador, e a própria Venezuela, vão aderir ao movimento. O Peru inclusive já endureceu as negociações com o FMI e talvez por causa disso não tenha aderido logo. "Essa melodia vai enfim chegar a uma moratória generalizada e unilateral."

A fonte diplomática observou ainda que o Itamaraty está dando os passos mais avançados na questão da dívida externa, por instrução do próprio presidente João Figueiredo. Oservava que a taxa de juros ideal para o Brasil seria de 8%, e que os países latino-americanos já advertiram aos credores que juros elevados, em 12,5%, não poderão ser pagos.

Para a fonte, o clima interno dos países da região já favorece a que o movimento dos credores se amplie: "Em São Domingos, houve saque generalizados, e no Brasil, semana passada, a greve dos camponeses na região dos laranjais e cana em São Paulo". Isso indica, na sua avaliação, que nenhum país latino-americano vai poder manter a estrutura de política econômica que o Fundo está impondo. No caso específico do Brasil, indaga, quantos anos seguidos o País terá que produzir US\$ 9 bilhões de saldo comercial, em circunstâncias tão desfavoráveis?

A grande discussão, agora, é mesmo com relação à redução de juros a nível de correção inflacionária dos Estados Unidos mais uma taxa fixa a ser negociada. Nenhuma outra proposta, na sua avaliação, tem qualquer suporte. O próprio presidente Ronald Reagan já deu indicações de que, a nível de proposta, esta é aceitável. Finalmente, o técnico comenta que a nota conjunta de Figueiredo, Raúl Alfonsín, da Argentina, Miguel de la Madrid, do México, e Belizário Betancur, da Colômbia, não surpreende em nada, pois vem na linha coerente da declaração de Quito.